

**HABEAS CORPUS Nº 548.222 - RS (2019/0355249-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : FERNANDO LUCAS MAYER  
**ADVOGADO** : FERNANDO LUCAS MAYER - RS085817  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : L S  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de L S, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que negou provimento a agravo regimental, por acórdão que tem a seguinte ementa (fls. 18/19):

AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIMENTO DE ADITAMENTO ÀS RAZÕES RECURSAIS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

A defesa interpôs recurso de apelação, apresentando razões, as quais foram contraditadas pelo parquet e submetidas ao parecer da Procuradoria de Justiça. Não é possível a apresentação de aditamento às razões recursais em sede de Segundo Grau de Jurisdição, pois operada a preclusão consumativa. Outrossim, tal ato provocaria verdadeiro tumulto processual.

RECURSO DESPROVIDO.

O paciente foi condenado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 213, § 1º, do CP c/c o 226, II, 68, parágrafo único, e 71, todos do CP, e 147 c/c o 69, ambos do mesmo código, às penas de 14 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 1 mês de detenção, em regime aberto.

O impetrante sustenta que após a interposição e apresentação das razões de apelação, constatou-se a presença de nulidade na instrução, pela ausência de membro do Ministério Público em uma audiência, resultando na condução da produção da prova pela Magistrada, que seguiu inquirindo as testemunhas arroladas pelas partes, motivo pelo qual juntou petição de aditamento à apelação, peça que foi desentranhada do processo pelo relator, sob o fundamento de preclusão consumativa.

Interposto agravo regimental, a decisão foi mantida, bem como julgado o apelo, que manteve a condenação, mas diminuiu a pena.

Alega que a nulidade apontada é absoluta, podendo ser arguida em qualquer momento. Por conseguinte, deveria ter sido conhecida e analisada no julgamento do apelo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por isso, requer a concessão do *habeas corpus* para anular o julgamento da apelação.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de anulação do julgamento do apelo, por ausência de enfrentamento de tema contido em aditamento à apelação, é claramente satisfativa, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator